



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2021

Processo Licitatório nº: 3.085/2021
Processo de Impugnação n.º: 28.295/2021
REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de ESTERILIZAÇÃO POR ÓXIDO DE ETILENO para atender as necessidades do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Hospital Municipal Raul Sertã, pelo período de 12 (doze) meses.

IMPUGNANTE: FGF COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO EM ÓXIDO DE ETILENO LTDA - CNPJ Nº: 01.805.305/0001-33

IMPUGNADO: EDITAL

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa FGF COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO EM ÓXIDO DE ETILENO LTDA, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 100/2021.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 038, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 09 de janeiro de 2021, que cria a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão II

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Suscintamente, a impugnante alega que a exigência disposta no item 20.6 do instrumento convocatório não é exigível para o objeto do presente certame visto que *conforme "... comunicado da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (anexo), a Lei nº 6.360 de 1976 estabelece que a atividade de esterilizar correlatos não está contemplada no artigo 2º da referida Lei, de modo que as empresas que prestam exclusivamente serviços de esterilização, reprocessamento e reestilização de materiais e artigos médico-hospitalares... estão desobrigadas de possuírem Autorização de Funcionamento emitido pela ANVISA."*

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

06. Requer a impugnante:



Comissão de Pregão II

- a) *"Seja recebida e considerada tempestiva a presente impugnação para, ao final ser JULGADA PROCEDENTE com a consequente retificação do Processo 3.085/2021 Pregão Eletrônico nº 100/2021 para o fim de retirar a obrigação da empresa FGF COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO EM ÓXIDO DE ETILENO de apresentar o documento descrito no item 20.6, qual seja, a Autorização de Funcionamento da Licitante (AFE), em virtude da impossibilidade de fazê-lo."*
- b) *"Alternativamente, caso assim não seja deferido, requer que seja apresentada uma alternativa que possibilite a participação da empresa FGF COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO EM ÓXIDO DE ETILENO LTDA na licitação, considerando que houve a comunicação sobre as razões de não possuir o documento descrito no item 20.6 do presente edital."*

IV. DA ANÁLISE

07. Após análise das alegações apresentadas, verificação dos documentos enviados e pesquisa sobre a matéria, restou constado que assiste razão a impugnante quanto a atividade de processamento, seja envolvendo a esterilização ou não, não ser atividade sujeita a AFE.

08. Ressalto que a mesma exigência também foi objeto de impugnação do mesmo edital do Pregão Eletrônico 100/2021, onde a empresa impugnante, **STERIMED CEDRAL SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÃO LTDA**, traz as mesmas alegações quanto a qualificação técnica constante do item 20.6 do edital, tendo realizado inclusive consulta a ANVISA, sob o número de protocolo 2021989007, obtendo como resposta que:



Comissão de Pregão II

"Em atenção a sua solicitação, informamos que a atividade de processamento, seja envolvendo a esterilização ou não, não é atividade sujeita a AFE, o que não isenta do Licenciamento. Essa atividade é regulamentada pela RDC nº 15/2012 e essa norma vai de acordo com a RDC nº 16/2014 e não exige AFE para essa atividade..."

V. DA DECISÃO

09. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa FGF COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO EM ÓXIDO DE ETILENO LTDA, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 100/2021, e no mérito, DOU PROVIMENTO pela alteração do edital, em comento.

Nova Friburgo, 26 de novembro de 2021.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870